



Familiare
Instituto Sistêmico

FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

CONTRIBUIÇÕES DO MODELO BIOECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
PARA A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Mariane Comelli dos Santos

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elisangela Böing

Florianópolis, 2016.



Familiare
Instituto Sistêmico

FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

CONTRIBUIÇÕES DO MODELO BIOECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
PARA A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.

MARIANE COMELLI DOS SANTOS

Prof^a. Dra. Elisangela Böing

Florianópolis, 2016.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela base segura oferecida para a minha construção como pessoa e como profissional. Pelo apoio, carinho e incentivo em todos os momentos da minha vida.

Ao Flávio, meu noivo, pela paciência, compreensão e cuidado comigo ao longo de tantos anos. Pela oportunidade de construirmos juntos, a cada dia, a nossa nova família, e por me motivar a seguir em frente com todos os meus projetos pessoais e profissionais.

À minha querida e admirável orientadora, professora Elisângela Böing, por todas as contribuições fundamentais a este trabalho e à minha formação profissional. E, principalmente, pelo exemplo que me oferece, a todo o momento, de profissional dedicada, competente e comprometida com a Psicologia, com as políticas públicas e com a sociedade.

Aos meus queridos colegas e amigos da T13, minha turma da especialização, por todos os momentos de compartilhamento: de conteúdo, de experiências, de histórias de vida e de emoções. Vocês, com certeza, foram constitutivos da profissional que sou hoje.

Aos queridos professores e funcionários do Familiar, assim como minha supervisora (Sônia), que tanto contribuíram para minha formação ao longo desses três anos e meio. Formação essa que foi muito maior que o simples aprendizado de teorias e técnicas.

Às minhas colegas do Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, por tudo o que já me ensinaram, e ainda ensinam, diariamente. Por serem meus exemplos e minhas companheiras cotidianas de luta pelo fortalecimento do SUAS e pela qualidade das políticas públicas em nosso país.

A todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que já passaram por mim, cujas histórias, peculiaridades e dilemas inspiraram a construção deste trabalho.

RESUMO

A temática do adolescente em conflito com a lei tem ganhado destaque com as crescentes discussões acerca da redução da maioridade penal no Brasil. Nesse contexto, têm-se as medidas socioeducativas como estratégias para a responsabilização e, concomitantemente, para a proteção social desses adolescentes. Como também se constituem como um campo de atuação para os psicólogos, o presente estudo tem por objetivo articular conceitos e elementos teóricos do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) às demandas de intervenção do psicólogo e sua equipe no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. A escolha do referencial teórico se deu devido à percepção de que essa concepção de desenvolvimento humano como um processo complexo vai ao encontro das necessidades do trabalho psicossocial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método documental e uma articulação teórico-prática baseada na MBDH e na prática dos psicólogos que atuam no contexto das Medidas Socioeducativas (MSEs) em meio aberto. Os resultados apontam que a MBDH pôde auxiliar o presente estudo na compreensão do desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei, bem como na reflexão sobre as práticas profissionais, em especial, do psicólogo, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; adolescência; medidas socioeducativas.

*Acordo, não tenho trabalho, procuro trabalho, quero trabalhar.
O cara me pede o diploma, não tenho diploma, não pude estudar.
E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado, que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá.
Consigo um emprego, começa o emprego, me mato de tanto ralar.
Acordo bem cedo, não tenho sossego nem tempo pra raciocinar.
Não peço arrego, mas onde que eu chego se eu fico no mesmo lugar?
Brinquedo que o filho me pede, não tenho dinheiro pra dar.*

Escola, esmola!

Favela, cadeia!

Sem terra, enterra!

Sem renda, se renda!

Não! Não!!

(Até Quando? - Gabriel O Pensador)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Pergunta de pesquisa	9
1.2 Objetivo geral	9
1.3 Objetivos específicos	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 Concepção de desenvolvimento humano	9
2.2 O modelo PPCT	10
2.3 Relações de afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder	12
3. MÉTODO.....	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1 ECA, SINASE e Serviço de Proteção Social Especial ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.....	14
4.2 Desafios do Trabalho nas Medidas Socioeducativas.....	16
4.3 O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e suas Contribuições para o Trabalho nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	18
4.4 Bronfenbrenner ajudando a pensar os desafios da prática do psicólogo no trabalho com as medidas socioeducativas em meio aberto	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

A temática do adolescente em conflito com a lei tem ganhado destaque com as crescentes discussões acerca da redução da maioridade penal no Brasil. Desse modo, reflexões sobre o assunto têm se mostrado pertinentes não apenas para fundamentar posicionamentos, mas, principalmente, para embasar políticas públicas destinadas a esses adolescentes e suas famílias.

O estigma que envolve o adolescente em conflito com a lei, muitas vezes, pode dificultar a percepção deste como um ser humano em desenvolvimento e sujeito de direitos. Assim, reconhecer no agressor um cidadão parece ser, para muitos, algo impróprio e sem sentido (Volpi, 2010). Contudo, e felizmente, existem políticas públicas destinadas a essa temática que tentam congregiar os interesses da segurança pública e a defesa e garantia dos direitos desses adolescentes.

No que se refere ao tema do adolescente em conflito com a lei, as políticas públicas destinadas a esse fim são pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo esse último um subsistema dentro do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A lei do SINASE (Lei Nº 12.594/2012) e o ECA (Lei Nº 8069/1990) reconhecem o adolescente como uma pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos e destinatário de proteção integral. Ao mesmo tempo, também é considerado como alguém que possui responsabilidades frente à situação de prática de ato infracional.

Como forma de responsabilizá-los pelo ato e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes proteção e garantia de direitos, são aplicadas as medidas socioeducativas. Estas se constituem como um conjunto de ações que devem oportunizar educação formal, profissionalização, saúde, lazer, socialização e demais direitos aos adolescentes que cometeram ato infracional. As medidas socioeducativas são uma condição especial de acesso a todos os direitos sociais, políticos e civis (Volpi, 2010).

Assim, as Medidas Socioeducativas, regulamentadas pelo SINASE, como parte do SGD, são um serviço oferecido a partir de uma complexa articulação entre o Sistema de Justiça, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema de Educação e o Sistema de Segurança Pública (Conselho Federal de Psicologia, 2012). Essa complexa política também se constitui como um campo de atuação para profissionais da área da Psicologia.

Foi pensando na intervenção dos psicólogos nas medidas socioeducativas, especificamente em sua atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que o presente estudo foi idealizado. O trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas contribui para auxiliar no processo de reflexão do adolescente e sua família no que se refere à situação de ato infracional, seus objetivos de vida e seus projetos de futuro. Para isso, faz-se importante que o profissional seja capaz de compreender o que significa ser sujeito em desenvolvimento em uma determinada realidade e

como se dá esse desenvolvimento no contexto familiar, social e histórico em que ocorre. Assim, uma compreensão ampliada do desenvolvimento humano possibilita intervenções mais abrangentes por parte do psicólogo, que levam em consideração os múltiplos fatores que envolvem o desenvolvimento de cada ser humano.

Na Psicologia, há muitas teorias sobre o desenvolvimento e todas trazem contribuições importantes para a compreensão do fenômeno. Contudo, tendo em vista o caráter psicossocial do trabalho dos psicólogos nas Medidas Socioeducativas, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 2011), traz uma contribuição especial por oferecer um aporte teórico e metodológico para a compreensão do desenvolvimento como um processo complexo.

Bronfenbrenner foi inovador ao situar o desenvolvimento humano no contexto, não apenas familiar, mas também histórico e social, criticando os métodos “artificiais” utilizados até então para o estudo do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). Também é notória a ênfase demonstrada pelo autor na articulação entre teoria e prática, fato que reforça a importância de suas contribuições para a reflexão sobre a prática psicológica no contexto das medidas socioeducativas.

Por fim, dentre as contribuições de Bronfenbrenner, destaca-se a constante preocupação do autor com a articulação entre a ciência e as políticas públicas. Para ele, aqueles que planejam as políticas precisam utilizar-se da ciência, não como fonte de verdade, mas como fonte de sabedoria. E, nesse sentido, o autor revisou e aprimorou constantemente a sua teoria visando sua aplicação para melhorar a qualidade de vida dos seres humanos e reconhece as políticas públicas como poderosos instrumentos para esse fim (Bronfenbrenner, 2011).

Desse modo, o presente estudo justifica-se pela necessidade de buscar embasamentos teóricos apropriados para a compreensão do processo de desenvolvimento de adolescentes autores de atos infracionais, de modo a aprimorar as possibilidades de atuação dos psicólogos nessa política pública. A convergência entre as ideias sobre o desenvolvimento humano concebidas por Bronfenbrenner e a política de Assistência Social justifica a articulação proposta entre o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e a prática profissional na área das medidas socioeducativas. Dessa forma, espera-se contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho dos psicólogos e suas equipes que atuam nessa área, bem como honrar o desejo do autor de que seus estudos servissem como base para o planejamento e execução de políticas públicas.

É importante ressaltar que o presente estudo não pretende fazer uma revisão da teoria de Bronfenbrenner, tendo em vista que outros estudos já se propuseram a este fim (Benetti, Vieira, Crepaldi, & Schneider, 2013; Cecconello & Koller, 2003). O que se pretende por meio desse trabalho é discutir aspectos da teoria que possam ser aplicáveis ao trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

1.1 Pergunta de pesquisa

Quais as contribuições do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano para a intervenção psicossocial com adolescentes autores de ato infracional?

1.2 Objetivo geral

Articular conceitos e elementos teóricos do Modelo Bioecológica do Desenvolvimento Humano às demandas de intervenção do psicólogo e sua equipe no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

1.1 Objetivos específicos

- Caracterizar a proposta de intervenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) com os adolescentes e suas famílias.
- Identificar os desafios da prática profissional do psicólogo nesse serviço.
- Identificar quais aspectos do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento se aplicam à compreensão do desenvolvimento dos adolescentes autores de ato infracional e à intervenção profissional no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Concepção de Desenvolvimento Humano e Adolescência

Para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento deve ser entendido como um “fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado, quanto presente” (p.43). O caráter contínuo de reorganização do sujeito ao longo do seu desenvolvimento ocorre em diferentes níveis, incluindo ações, percepções, atividades e interações da pessoa com seus contextos. Assim, o desenvolvimento é estimulado ou inibido de acordo com o grau de interação do sujeito com as pessoas, bem como pela sua participação e engajamento em diferentes contextos. Ou seja, o desenvolvimento depende,

prioritariamente, do equilíbrio entre o indivíduo e seus contextos ambientais, que podem promover ou limitar mudanças (Sifuentes; Dessen; Oliveira, 2007).

Considerando, especificamente, o desenvolvimento humano no período da adolescência, o modelo proposto, e a concepção de desenvolvimento que o embasa, auxilia na investigação de como se dá essa influência recíproca entre o adolescente e o seu contexto. O sujeito que vive a fase da adolescência é compreendido como um ser de características próprias (individuais, psicológicas e biológicas) e com uma forma peculiar de lidar com suas vivências. É entendido como um sujeito ativo que é produto e, ao mesmo tempo, produtor do seu desenvolvimento. Estes conhecimentos contribuem para a superação da visão da adolescência como um período turbulento e instável, de modo a consolidar uma concepção mais positiva do desenvolvimento do adolescente (Senna; Dessen, 2012).

Na adolescência, considera-se que a família ainda é o microsistema principal do sujeito. Contudo, o funcionamento desse microsistema sofre influências de outros contextos em que os familiares participam. Na medida em que o adolescente passa a participar de outros microsistemas e a ampliar sua rede social, há a formação de novas relações e influências entre a família, o adolescente e os demais contextos (Senna; Dessen, 2012).

É válido ressaltar que essa definição de desenvolvimento proposta pelo autor vai ao encontro da concepção de adolescente enquanto sujeito em desenvolvimento apresentada pelo ECA (1990), que fundamenta a concepção de medidas socioeducativas. Ou seja, sendo a mudança e a influência mútua entre sujeito e ambiente condições inerentes ao processo de desenvolvimento humano, as possibilidades de mudança e a responsabilização dos microsistemas em que o adolescente está inserido devem ser consideradas no momento de julgamento de um ato infracional praticado por um adolescente. E essas possibilidades podem ser concretizadas por meio das medidas socioeducativas.

2.2 O Modelo PPCT – Pessoa, Processo, Contexto e Tempo.

A partir da compreensão do desenvolvimento humano como um processo complexo e que acontece ao longo de todo o ciclo de vida, Bronfenbrenner destaca, em sua Teoria Bioecológica que as diferentes formas de interação das pessoas não se devem apenas ao contexto em que se desenvolveram, mas também ao processo, que é definido como a relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento. Assim, o Modelo Bioecológico propõe que o desenvolvimento humano seja compreendido pela interação entre quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Cecconello&Koller, 2003).

É importante considerar que essas quatro dimensões não devem ser entendidas como categorias pré-definidas, mas como uma forma de delimitar focos de compreensão do processo de

desenvolvimento. No caso das pesquisas em desenvolvimento humano, o modelo PPCT serve como direções e sentidos para onde o pesquisador deve lançar o “olhar” holístico e sistêmico, procurando estabelecer interações significativas com os indivíduos que integram os ambientes a serem estudados (Silveira; Garcia, Pietro & Yunes, 2009).

O processo refere-se à interação recíproca progressivamente mais complexa entre um ser em desenvolvimento e as pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente ao seu redor. São também chamados de processos proximais, que, segundo Bronfenbrenner (2011), são a força motriz para o desenvolvimento. Podem gerar dois tipos de efeitos: competência - desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade de conduzir os próprios comportamentos; ou disfunção - dificuldade em manter o controle e a integração do comportamento (Morais & Koller, 2005).

No que se refere aos atributos de pessoa, tem-se as características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na interação da pessoa com o ambiente. As características da pessoa são entendidas, simultaneamente, como produtoras e como produtos do desenvolvimento e são divididas em três núcleos básicos: as características de disposição, os recursos biopsicológicos e as de demanda. As características de disposição são aquelas capazes de promover o desenvolvimento ou retardá-lo, por exemplo, curiosidade, responsividade, impulsividade, etc. Os recursos biopsicológicos envolvem deficiências ou atributos psicológicos, como defeitos genéticos ou capacidades e habilidades. Por fim, temos as características de demanda, que se referem a atributos, inatos ou não, que são capazes de estimular ou desencorajar reações do ambiente social, por exemplo, características de gênero, etnia, temperamento, aparência, etc (Bronfenbrenner & Morris, 1998 como citado em Ceconello & Koller, 2003). De forma geral, as características de pessoa são atributos que facilitam ou dificultam o estabelecimento e o engajamento nas relações (nos processos proximais).

O contexto é caracterizado por qualquer evento ou condição fora do organismo que é capaz de influenciar ou ser influenciado pela pessoa em desenvolvimento (Benetti, Vieira, Crepaldi, e Schneider, 2013). Esses eventos ou condições são considerados sistemas, que são classificados por Bronfenbrenner (1996) como: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. De acordo com o autor, esses sistemas são organizados como estruturas concêntricas que compõem o meio-ambiente ecológico.

O microsistema se refere aos ambientes que a pessoa em desenvolvimento frequenta e às relações que ela estabelece face a face (Bronfenbrenner, 1996). Por exemplo, no caso dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, os microsistemas dos quais o adolescente faz parte podem incluir a família, o grupo de amigos, o serviço de proteção pelo qual ele é atendido, etc.

Já o mesossistema é o conjunto de microsistemas que a pessoa possui e as inter-relações constituídas entre eles (Bronfenbrenner, 1996). Por exemplo, a relação estabelecida entre a família do adolescente e o serviço de proteção podem fazer parte do mesossistema do adolescente, bem como a relação entre a escola em que ele estuda e o serviço de saúde pelo qual é atendido.

No exossistema, encontram-se os ambientes em que a pessoa em desenvolvimento não participa diretamente, mas que acarretam influências indiretas em sua vida (Bronfenbrenner, 1996), como os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por exemplo. No caso dos CMDCA, mesmo que o adolescente não participe diretamente desses espaços, as decisões lá tomadas e as ações executadas podem repercutir em mudanças em seu contexto.

Por fim, o macrossistema se refere aos padrões globais que envolvem as ideologias, crenças e valores da sociedade em que vive a pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). No caso dos adolescentes, o estigma do “menor infrator” e as políticas públicas voltadas para essa temática são exemplos de componentes do macrossistema.

Por fim, tem-se o tempo como o quarto fator influente no processo de desenvolvimento, e é o que permite examinar a influência das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo vital para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1986 como citado em Cecconello&Koller, 2003). Nessa concepção, o tempo refere-se não somente à idade cronológica do indivíduo, mas também ao tempo social e histórico (Sifuentes; Dessen; Oliveira, 2007).

Cada um dos componentes do modelo PPCT possui uma função primordial e deve ser compreendido a partir da integração e das relações funcionais com os demais. Considerando-se esses quatro componentes, o conceito de desenvolvimento se torna mais sistêmico e plural (Sifuentes; Dessen; Oliveira, 2007).

2.3 Relações de Afeto, Reciprocidade e Equilíbrio de Poder

Bronfenbrenner (1996) define que “sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação” (p. 46). Desse modo, segundo o autor, a presença de uma relação em ambas as direções define uma *díade*. A díade constitui um contexto crítico do desenvolvimento e tem função de bloco construtor básico do microsistema, possibilitando a formação de estruturas interpessoais maiores.

O autor apresenta, ainda, uma diferenciação entre díade observacional, díade de atividade conjunta e díade primária. A primeira ocorre quando um dos componentes observa e aprende a atividade do outro, que, por sua vez, reconhece o interesse demonstrado pelo observador. A segunda é aquela em que os dois participantes se unem na realização de uma atividade. Por fim, a terceira

refere-se a quando a relação continua a existir mesmo quando os componentes da díade não se encontram juntos, devido ao vínculo formado entre eles (Bronfenbrenner, 1996).

Nas relações diádicas, e em especial, nas díades de atividade conjunta, Bronfenbrenner (1996) identifica três propriedades fundamentais: *reciprocidade*, *equilíbrio de poder e relação afetiva*. A reciprocidade se refere à influência mútua entre os comportamentos dos componentes da díade. De acordo com o autor, o *feedback* mútuo entre as partes age como motivador para perseverarem na atividade e a engajarem-se em padrões de interação progressivamente mais complexos.

Já no que se refere ao equilíbrio de poder, Bronfenbrenner (1996) aponta que as díades podem apresentar diferenças entre seus componentes, sendo que um possui mais influência do que o outro. Contudo, isso não significa que esse poder de influência não possa oscilar entre os componentes no decorrer das interações. Para o autor, a situação ideal para aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio de poder gradualmente se altera em favor da pessoa em desenvolvimento, ou seja, quando esta recebe uma crescente oportunidade de exercer controle sobre a situação.

Por fim, no que se refere à relação afetiva, Bronfenbrenner (1996) aponta que, conforme os participantes da díade se envolvem nas interações, é provável que desenvolvam sentimentos mais acentuados em relação um ao outro. Esses sentimentos podem ser reciprocamente positivos, negativos ou assimétricos. Para o autor, na medida em que os sentimentos entre as partes são positivos e mútuos, maior é a probabilidade de ocorrência de processos desenvolvimentais.

3. MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método documental e uma articulação teórico-prática baseada na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner, e na prática dos psicólogos que atuam no contexto das Medidas Socioeducativas (MSEs) em meio aberto.

Para isso, o presente estudo foi dividido em três etapas. Na primeira etapa, foi caracterizada a proposta de intervenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) com os adolescentes e suas famílias. Para tanto, inicialmente, foi realizada uma pesquisa de documentos oficiais referentes à temática no site oficial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Na referida página oficial, constam três normativas nacionais referentes ao tema, sendo elas: o ECA (Lei Nº 8069/1990), a lei que regulamenta o SINASE (Lei Nº

12.594/2012) e a Resolução CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA) nº 119, de 2006.

Para a caracterização do trabalho específico do psicólogo, também foi utilizada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013), documento publicado na página oficial do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Após a fase de identificação dos documentos oficiais, foi realizada a leitura completa de todos os documentos e posterior análise dos elementos que conceituam o Serviço e a atuação das equipes técnicas de referência, em especial, do psicólogo.

Na segunda etapa deste estudo, realizou-se a análise documental das “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, publicadas pelo CFP (2012), de modo a identificar os desafios do trabalho com as medidas socioeducativas. Para esse objetivo, também se contou com a descrição dos desafios encontrados na prática profissional de uma das autoras no serviço em questão.

Por fim, na terceira etapa, realizou-se a articulação entre alguns conceitos do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano com a compreensão do processo de desenvolvimento dos adolescentes atendidos no programa e, conseqüentemente, com as práticas do psicólogo e sua equipe, abordadas nas etapas 1 e 2, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ECA, SINASE e Serviço de Proteção Social Especial ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Em seu Título III, trata da prática de ato infracional, considerado como conduta descrita como crime ou contravenção penal. Também determina que os indivíduos menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis, estando sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas em situações de prática de ato infracional. As medidas socioeducativas existentes são: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII – medidas de proteção - descritas no art. 101 (Lei nº 8.069, 1990).

De acordo com a Resolução CONANDA 119/2006, o adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que colaborem com a sua formação cidadã, auxiliando-o a se relacionar melhor consigo mesmo e com os outros e a se afastar da prática de atos infracionais. A

medida socioeducativa deve auxiliar no desenvolvimento de capacidades decisórias relacionadas ao interesse próprio e ao bem comum, potencializando competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas (Resolução CONANDA 119, 2006).

O presente estudo trará um enfoque nas medidas III e IV, que são as medidas em meio aberto. De acordo com o ECA, a Prestação de Serviços à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais. No que se refere à medida de Liberdade Assistida, o objetivo é prestar um acompanhamento psicossocial ao adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social, bem como supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promover a profissionalização do mesmo e sua inserção no mercado de trabalho (Lei nº 8.069, 1990).

Já a Lei nº 12.594 de 2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução dessas medidas socioeducativas. Apresenta um conjunto de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Nesse documento, são elencados os principais objetivos das medidas socioeducativas: I - a responsabilização do adolescente no que se refere ao ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e III - a desaprovação da conduta infracional (Lei nº 12.594, 2012).

Tendo em vista essas regulamentações, o Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) situa-se no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e é entendido como um serviço de proteção social especial de média complexidade dentro da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse serviço apresenta os seguintes objetivos: realizar acompanhamento psicossocial dos adolescentes que praticaram ato infracional; criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com os atos infracionais; estabelecer contratos com o adolescente que regularão o processo de execução da Medida Socioeducativa; auxiliar no desenvolvimento da autoconfiança e da autonomia; possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural, bem como a descoberta e desenvolvimento de habilidades; fortalecer a convivência familiar e comunitária (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2013).

Diante disso, tem-se o psicólogo como um dos componentes da equipe técnica que acompanha os adolescentes, juntamente com a figura do assistente social e, em alguns casos, do pedagogo. O

trabalho do psicólogo, portanto, envolve a abordagem individual do adolescente quanto ao exercício de seus direitos e responsabilidades, bem como na elaboração e execução de ações coletivas que promovam transformação das instituições e mentalidades em relação ao estereótipo do adolescente em conflito com a lei (CFP, 2012).

Outra função importante da equipe técnica neste serviço é a elaboração de documentos (relatórios e planos individuais de atendimento) sobre a situação psicossocial do adolescente e sua família, bem como sobre o andamento da medida socioeducativa. Esses documentos subsidiarão as decisões jurídicas referentes aos processos judiciais de cada adolescente (CFP, 2012).

Para o bom andamento da medida socioeducativa e para o desenvolvimento de documentos consistentes e elucidativos é necessário que o profissional construa uma visão completa sobre cada caso, abordando a maior quantidade possível de aspectos que cercam a vida de cada adolescente (família, escola, trabalho, amigos, comunidade, relação consigo mesmo, espiritualidade, etc). Diante desse desafio, acredita-se que o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano pode auxiliar o psicólogo e demais colegas de equipe na construção desse panorama, bem como fundamentar intervenções psicossociais condizentes com os objetivos das medidas socioeducativas.

4.2 Desafios do Trabalho nas Medidas Socioeducativas

Como em qualquer área de atuação para o psicólogo, o trabalho com as medidas socioeducativas impõe uma série de desafios ao profissional. Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), da qual resultou a publicação “Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, apontou cinco grandes desafios ao trabalho da Psicologia nesse contexto. A pesquisa ouviu psicólogos que atuam na área em diferentes localidades do país.

O primeiro desafio apontado é a potencialidade da medida em meio aberto de evitar futuras medidas de privação de liberdade. Para se chegar a este fim, são necessários o conhecimento da legislação pertinente e a atuação profissional de acordo com seus parâmetros, além da compreensão das características peculiares da adolescência como etapa do ciclo de vida e da clareza do objetivo de responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado. Por fim, destaca-se o fato de que há questões que extrapolam o alcance de resolução com o adolescente e sua família, uma vez que envolvem outras esferas de intervenções, inclusive, políticas (CFP, 2012). Isso significa que a eficácia da medida socioeducativa não depende apenas da equipe técnica, do adolescente e sua família, pois envolve também a rede pública de atendimento e as políticas públicas relacionadas ao atendimento socioeducativo. A interrelação entre esses diversos sistemas constitui um desafio para a efetivação da medida socioeducativa.

O segundo desafio registrado pela pesquisa refere-se à adoção de parâmetros nacionais do SINASE que especifiquem esferas de atuação dos profissionais envolvidos, sem perder de vista a singularidade de cada contexto sociodemográfico, de cada profissional e de cada adolescente. Com isso, garante-se que todas as práticas profissionais nesse âmbito sejam pautadas pelos pressupostos básicos da garantia de direitos e promoção da cidadania (CFP, 2012).

Outro desafio identificado pela pesquisa do CFP (2012) é a relação estabelecida entre a equipe técnica e a família do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O limiar entre corresponsabilização e culpabilização, muitas vezes, pode ser tênue. Para que o profissional atue mais na perspectiva da corresponsabilização, é necessário que compreenda a prática de ato infracional como um fenômeno multideterminado, ou seja, perceba que a família possui sua parcela de responsabilidade frente à situação, mas não é a “culpada” e nem o único sistema no entorno do adolescente que deve trabalhar para produzir mudanças.

O quarto desafio refere-se à elaboração de um Plano Individual de Atendimento, que é um documento construído conjuntamente entre o adolescente, a equipe técnica e a família, e que irá nortear a execução da MSE. Esse documento deve conter informações sobre o contexto de vida do adolescente atendido, bem como objetivos para o acompanhamento socioeducativo do mesmo. O desafio apontado pela pesquisa refere-se à construção desse documento com objetivos que sejam coerentes com os desejos do adolescente, condizentes com suas possibilidades - individuais, familiares e da rede de atendimento da região, e possíveis dentro do tempo determinado para a MSE (CFP, 2012).

Por fim, o quinto desafio relaciona-se ao tempo de cumprimento das MSEs. Realizar todo esse trabalho e enfrentar todos esses desafios dentro de um limite de tempo estabelecido pelo poder judiciário é uma tarefa necessária à equipe técnica. Portanto, embora não se possa perder de vista a complexidade da interação dos sistemas que fazem parte da vida de cada adolescente atendido, o foco do trabalho é a prática de ato infracional (CFP, 2012).

No que se refere à prática profissional de uma das autoras do presente estudo, é possível apontar, além dos desafios já indicados pela pesquisa do CFP (2012), outros dois desafios importantes para os psicólogos.

O primeiro desafio é a separação entre o poder judiciário e o Serviço de Proteção Social Especial ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC. Embora esses sejam órgãos distintos, no que se refere à gestão, financiamento e finalidade, suas funções são complementares no que se refere às situações de adolescentes em conflito com a lei. Enquanto o primeiro tem a função de apuração do ato infracional e das decisões sobre suas consequências (medidas socioeducativas) para o adolescente que o praticou, o segundo executa essas medidas e, por meio de relatórios, subsidia as seguintes decisões judiciais referentes a esses processos.

Contudo, para o adolescente e sua família, essa diferenciação entre um serviço e outro, geralmente, não é evidente e gera desconfianças por parte dos mesmos sobre quais demandas podem ser trazidas à equipe, sem que isso cause consequências ao processo judicial. Portanto, cabe à equipe das medidas socioeducativas construir um vínculo de confiança com o adolescente e sua família, de modo a fazê-los compreender essa distinção e, conseqüentemente, deixá-los mais seguros para trazerem suas demandas.

O segundo desafio encontrado na prática é a disseminação de uma compreensão mais ampliada sobre a temática da adolescência e ato infracional. Tendo em vista a necessidade de um trabalho articulado com outros setores, como saúde, educação e cultura, faz-se necessário que o psicólogo e sua equipe trabalhem para desconstruir possíveis concepções dos profissionais dessas áreas baseadas no senso comum sobre o adolescente em conflito com a lei, de modo a “preparar o terreno” antes do planejamento de uma intervenção articulada. É válido ressaltar que nem sempre isso é necessário, mas, antes de estabelecer essa articulação com outros setores, é necessário ter clareza sobre qual é a visão daqueles profissionais envolvidos sobre o adolescente a ser atendido, de modo a evitar preconceitos e discriminações que possam dificultar o alcance dos objetivos da intervenção.

4.3 O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e suas Contribuições para o Trabalho nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Retomando o modelo PPCT e, mais especificamente, pensando-se nos atributos de processo, é possível pensar que a medida socioeducativa pode atuar como promotora de processos proximais no desenvolvimento dos adolescentes atendidos, na medida em que suscita novas interações do adolescente com pessoas (outros adolescentes, orientadores de PSC, equipe técnica de atendimento socioeducativo, professores, profissionais de saúde), ambientes (escola, trabalho, ambientes de profissionalização, de lazer, de cultura), situações (entrevistas de emprego, processos seletivos, confecção de documentos), etc. Com isso, espera-se que essas interações progressivamente mais complexas auxiliem no desenvolvimento de novas competências por parte do adolescente atendido. Conforme Silveira *et al.* (2009), tanto a pesquisa, quanto a intervenção, a partir desse modelo, tornam-se oportunidades de interações efetivas que possuem o potencial de ampliar o mundo de relações e de significados que colaborem para o desenvolvimento humano.

Pensando-se nos processos que geram competências ou disfunções, é válido ressaltar que os adolescentes chegam ao serviço de medidas socioeducativas por uma “disfunção social”, ou seja, por um comportamento que fere as normas sociais preestabelecidas. Entretanto, é fundamental que esses adolescentes não sejam reconhecidos e tratados apenas a partir da “disfunção social”

apresentada, tendo em vista que são seres humanos complexos e em desenvolvimento. O estigma do “menor infrator” visto, muitas vezes, como a disfunção em pessoa, atrapalha o processo socioeducativo, na medida em que incute no adolescente a descrença em suas competências. Com isso, o trabalho das equipes consiste em, partindo da compreensão das “disfunções”, conseguir identificar, valorizar e potencializar competências.

Nesse sentido, o conceito de resiliência oculta proposto por Ungar (2001, como citado por Libório&Ungar, 2010) pode auxiliar no trabalho de potencialização das competências dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Resiliência oculta se refere aos caminhos não convencionais de acesso à saúde (como agressividade, envolvimento em atividades ilícitas, abandono escolar, etc) que podem se apresentar no desenvolvimento de jovens marginalizados e que, apesar de serem considerados “disfuncionais” em nosso meio social, podem possuir uma função protetiva na vida desses jovens. Isso não significa que a intervenção psicossocial ocorrerá no sentido de valorizar esses caminhos não convencionais, mas, sim, atuará para reconhecer seu significado e sua importância na vida do adolescente e, a partir disso, ser capaz de propor novos caminhos.

Ao refletir-se sobre os atributos de pessoa, é possível pensar as medidas socioeducativas como espaços para a identificação e fortalecimento dos atributos de pessoa de cada adolescente atendido, incentivando o autoconhecimento e a autoestima. A reflexão sobre as características de demanda, como idade, etnia e gênero e como essas influenciam o desenvolvimento também pode fazer parte do trabalho do psicólogo nesse contexto.

No que se refere aos atributos do contexto e a divisão didática entre o *micro*, *meso*, *exo* e *macrossistemas*, percebe-se que essa conceituação de Bronfenbrenner se faz muito útil para pensar o trabalho com os adolescentes nas medidas socioeducativas em meio aberto. A figura a seguir foi criada para ilustrar uma possível análise de contexto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, baseada nos conceitos propostos por Bronfenbenner.

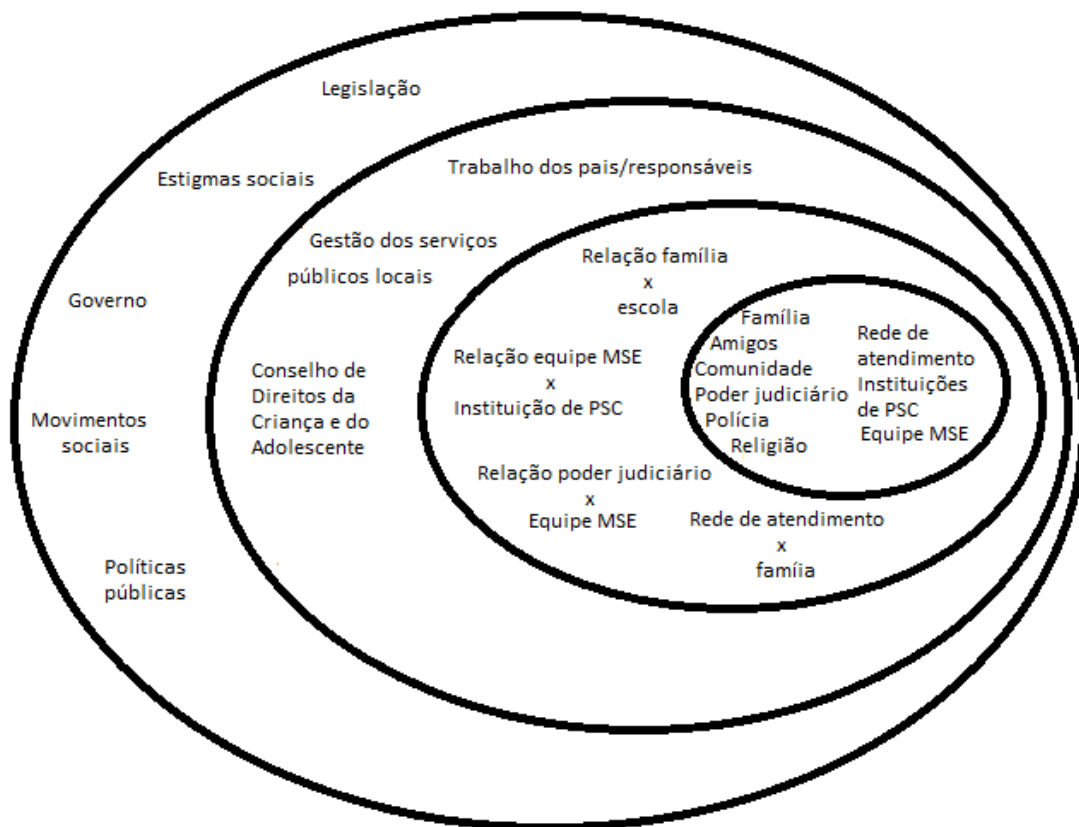


Figura 1: análise de contexto de um adolescente em cumprimento de MSE

A partir da figura é possível pensar intervenções do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas em cada um dos níveis de análise. No microsistema, que são os ambientes nos quais as interações com o sujeito em desenvolvimento acontecem diretamente (Bronfenbrenner, 1996), podemos localizar a família, os amigos, a comunidade, a religião, a polícia, a rede de atendimento utilizada pelo adolescente, as instituições de PSC (para aqueles que cumprem essa medida), a equipe técnica responsável pela execução da medida socioeducativa, etc. Algumas intervenções possíveis nesse nível são: atendimento familiar, como o intuito de mobilizar a todos para o cumprimento dos objetivos da MSE, bem como para identificar e trabalhar outras demandas apresentadas pelo núcleo familiar; contato com a escola e seus profissionais, objetivando firmar parcerias para o trabalho com o adolescente; atendimento ao adolescente, auxiliando-o a identificar os componentes do seu microsistema e refletir sobre sua relação com cada um deles; identificar alguns componentes mais significativos do microsistema do adolescente (ex. professor, amigo, líder religioso ou comunitário) e mobilizá-los para auxiliarem no cumprimento dos objetivos da medida socioeducativa, bem como proporcionar possíveis novos componentes para o seu microsistema, inserindo-o em cursos profissionalizantes, atividades culturais, etc.

Quando o sujeito em desenvolvimento sai de um microsistema conhecido para incluir-se em um novo contexto, ocorre um movimento no espaço ecológico. Por meio da passagem por

vários microsistemas, o sujeito adquire novos conhecimentos e experimenta novos papéis e novas relações. Essas transições promovem o desenvolvimento na medida em que o sujeito se sente apoiado, estabelece relações significativas e confere sentido às experiências (Poletto&Koller, 2008).

Pensando-se em intervenções no mesossistema, que, segundo Bronfenbrenner (1996), são interações entre microsistemas, é possível: atuar na mediação da comunicação entre família e escola, família e rede de atendimento; comunicar-se com o poder judiciário, por meio de reuniões e relatórios, de modo a fornecer informações que possam subsidiar as decisões judiciais; identificar e preparar instituições parceiras para receber os adolescentes que precisam cumprir a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Nesse nível de intervenção, a atuação do profissional não acontece diretamente com o adolescente, mas com componentes do seu microsistema, com o intuito de mobilizar reorganizações que possam promover o seu desenvolvimento.

O exossistema é a associação de dois ou mais contextos relacionados ao sujeito em desenvolvimento, mas sem a sua inserção direta em um deles (Bronfenbrenner, 1996). Nesse nível, o psicólogo pode trabalhar: participando de espaços deliberativos como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que propõem e executam ações na área da infância e adolescência; contribuindo para a proposição de melhorias na gestão dos serviços públicos locais; orientando, juntamente com o assistente social, os familiares do adolescente acerca de questões trabalhistas, de saúde, educacionais, etc, que terão um impacto indireto na vida do mesmo.

Por fim, temos o macrosistema, que é um contexto de estrutura mais ampla e é composto de todos os padrões globais do micro, meso e exossistema (Benetti *et al.*, 2013). As intervenções do psicólogo atuante nas medidas socioeducativas em meio aberto podem incluir a militância em movimentos sociais, a participação em espaços deliberativos para a construção/melhoria das políticas públicas e a disseminação de ideias contra o preconceito e a estigmatização do adolescente em conflito com a lei. Também é possível trabalhar com o adolescente sobre os aspectos envolvidos em seu macrosistema e como eles influenciam, direta e indiretamente, a sua vida.

É importante ressaltar que o presente estudo não pretende generalizar essa análise contextual para todos os adolescentes atendidos nos programas de medidas socioeducativas, tendo em vista que cada adolescente, como sujeito singular que é, terá suas especificidades. Também não é objetivo desse estudo esgotar as possibilidades de intervenção do psicólogo nesse contexto de trabalho. O que se pretende é apontar algumas possibilidades de intervenção organizadas à luz da teoria de Bronfenbrenner.

Ao refletir-se sobre o atributo do tempo, o profissional das medidas socioeducativas também trabalha com este fator, ao considerar o momento do ciclo de vida do adolescente e de sua família, e os estressores horizontais predizíveis e imprevisíveis, ou seja, aqueles estressores

inerentes ao processo de desenvolvimento, em especial os momentos de transição desenvolvimental; e os estressores que não são esperados (como doença, morte precoce, desemprego). Há ainda os estressores verticais do ciclo de vida familiar, que dizem respeito a acontecimentos, crenças, mitos, segredos familiares em uma perspectiva intergeracional (Carter & MacGoldrik, 2001).

Ainda com relação ao tempo, em diferentes níveis de análise deste fator, propostos por Bronfenbrenner, há de se considerar o período de duração da medida socioeducativa e a periodicidade dos atendimentos (mesotempo), bem como a duração dos contatos com o adolescente e sua família (microtempo).

Ao considerar todos estes aspectos relacionados ao fator tempo, o profissional amplia a sua compreensão a respeito do ato infracional, do adolescente em todas as suas dimensões, de sua família e comunidade. Além disso, o profissional também pode refletir sobre sua prática buscando identificar em que medida o tempo de que dispõe para as intervenções (diretas e indiretas) com o adolescente é suficiente para que sua relação com ele, com sua família e demais profissionais dos diferentes setores envolvidos, se constitua em processos proximais promotores de desenvolvimento.

Retomando o conceito de díade proposto por Bronfenbrenner, é possível pensar, como uma característica do trabalho com as medidas socioeducativas, a formação de uma relação diádica entre o adolescente e sua equipe técnica de referência. O objetivo da formação dessa díade é auxiliar o adolescente em seu processo de desenvolvimento. A partir da diferenciação entre as três modalidades de díade, é possível conceituar o relacionamento entre o adolescente atendido e sua equipe de referência como uma díade de atividade conjunta, na medida em que ambos identificam, pactuam e realizam atividades com o intuito de alcançar os objetivos acordados para o cumprimento da medida socioeducativa. Por exemplo, se um dos objetivos acordados é a inserção do adolescente em curso profissionalizante, ele e a equipe trabalharão juntos para realizá-lo: adolescente e equipe identificam áreas de interesse do mesmo; equipe realiza pesquisa de cursos nessa área de interesse; equipe identifica vagas disponíveis e informa ao adolescente; adolescente (com ou sem ajuda da família) realiza matrícula no curso; adolescente frequenta as aulas.

A partir da relação diádica de atividade conjunta entre o adolescente e a sua equipe técnica de referência, é possível pensar nas questões de reciprocidade, equilíbrio de poder e afeto. A reciprocidade, nesse caso, significa que a resposta do adolescente influencia a resposta apresentada pela equipe técnica e vice-versa, promovendo a capacidade de geração de novas respostas que podem ser reproduzidas em outros contextos e em outras relações. Por exemplo, a equipe solicita que o adolescente confeccione algum documento pessoal e presta orientações sobre como fazê-lo. O adolescente, por sua vez, compreende as instruções e consegue realizar a atividade sozinho. Isso gera confiança, na equipe e no próprio adolescente, na capacidade que o mesmo possui de resolver

sozinho situações práticas do cotidiano. Esse sentimento de confiança auxilia o adolescente nas próximas atividades que precisar executar, seja ela solicitada pela equipe técnica ou uma atividade qualquer inserida na sua rotina, como realizar matrícula escolar, abrir uma conta corrente no banco, etc.

No trabalho nas medidas socioeducativas é preciso estar atento às relações de poder. Não se pode negar que há uma relação de poder entre o adolescente e sua equipe técnica de referência, uma vez que há uma determinação judicial para que ele cumpra a medida socioeducativa e a equipe técnica está presente para acompanhar o andamento do processo socioeducativo e também para relatá-lo às autoridades judiciais. Com isso, a “balança” pende para o lado da equipe técnica no que se refere ao controle da situação nos momentos iniciais da execução da medida socioeducativa. Com o passar do tempo, se faz necessário, e vai ao encontro das ideias de Bronfenbrenner, que as intervenções da equipe sejam menos diretivas e mais promotoras da autonomia do adolescente. Por exemplo, é comum que, no início do acompanhamento, a equipe solicite a presença de familiares nos atendimentos, de modo a trabalhar temas eleitos pela equipe como importantes (dinâmica familiar, ato infracional, etc). No decorrer do processo socioeducativo, é possível que o adolescente relate à equipe assuntos importantes para ele e decida se e quando a família será chamada para conversar sobre isso (sentimentos, projetos de futuro, etc).

Por fim, considerando a dimensão afetiva das relações diádicas, pensando-se na relação adolescente em conflito com a lei e equipe técnica das medidas socioeducativas, se faz necessário que essa equipe trabalhe em favor da formação de um vínculo afetivo positivo e de confiança com o adolescente, de modo a aumentar as chances de ocorrerem ganhos para o seu desenvolvimento.

4.4 Bronfenbrenner ajudando a pensar os desafios da prática do psicólogo no trabalho com as medidas socioeducativas em meio aberto.

A partir dos desafios elencados pela pesquisa do CFP (2012) e daqueles levantados a partir da prática profissional de uma das autoras do estudo, é possível estabelecer conexões entre as contribuições teóricas de Bronfenbrenner e as questões levantadas.

O primeiro desafio apontado referia-se à potencialidade da medida em meio aberto de evitar futuras medidas de privação de liberdade, levando-se em consideração a multidimensionalidade do fenômeno do ato infracional e dos inúmeros fatores envolvidos no “sucesso” ou no “fracasso” do processo socioeducativo. Acredita-se que o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, na medida em que ajuda a identificar os sistemas e subsistemas envolvidos no processo de desenvolvimento de cada indivíduo, pode auxiliar nessa compreensão. Os profissionais da equipe técnica de referência, no momento em que escrevem o relatório sobre a execução da medida

socioeducativa, precisam ter clareza dos elementos envolvidos. Com isso, pode-se avaliar em que medida o “sucesso” ou o “fracasso” da medida socioeducativa foi de responsabilidade do adolescente, da família, da própria equipe técnica, da escola, da comunidade em que está inserido, da rede municipal de atendimento, das políticas públicas, do sistema judiciário, etc.

Essa compreensão também responde ao terceiro desafio apontado pela pesquisa do CFP (2012), que se refere à responsabilização da família pelo processo socioeducativo. Isso significa que, na medida em que se tem clareza sobre a complexa inter-relação dos elementos envolvidos no contexto de cada adolescente, o profissional consegue atuar de forma mais responsabilizadora e menos culpabilizadora da família. Também consegue esclarecer com mais facilidade aos demais profissionais da rede de atendimento essa complexidade de elementos, conforme o segundo desafio encontrado na prática profissional de uma das autoras desse estudo, de modo a auxiliar na superação de ideias do senso comum sobre o adolescente em conflito com a lei.

No que se refere ao segundo desafio registrado pela pesquisa, temos a adoção de parâmetros nacionais do SINASE para atuação dos profissionais nas MSEs. Quanto a este desafio, é válido lembrar a compreensão de Bronfenbrenner (2011) de que “a ciência básica precisa das políticas públicas mais do que as políticas públicas precisam da ciência básica” (p.90). Isso significa que o conhecimento e a análise das políticas públicas, no caso em questão, do SINASE, são fundamentais para a ciência do desenvolvimento, pois alertam o investigador para aspectos do ambiente, imediatos e remotos, que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa. Portanto, é importante atentar para o fato de que os parâmetros nacionais adotados para a execução das MSEs também serão componentes do contexto (seja micro, meso, exo ou macro) de cada adolescente atendido.

O quarto desafio apontado pela pesquisa refere-se à construção de um plano individual de atendimento (PIA) que seja congruente com as necessidades e possibilidades de cada adolescente. Diante disso, o modelo PPCT proposto por Bronfenbrenner pode se constituir como uma importante ferramenta para a elaboração de um PIA mais complexo, levando-se em consideração as características pessoais do adolescente, do seu processo de desenvolvimento, do seu contexto (com todos os sistemas que o compõem) e do tempo (seja de duração da MSE, do momento do ciclo de vida individual/familiar, ou seja do tempo histórico em que ela é aplicada). Com isso, é possível, por meio do PIA, traçar objetivos para o acompanhamento socioeducativo que sejam mais congruentes com as demandas e possibilidades de cada adolescente.

Retomando o quinto desafio identificado pela pesquisa, o trabalho com tempo delimitado pelo poder judiciário, novamente, é possível recorrer ao modelo PPCT e identificar as dimensões do tempo envolvidas no processo de cada adolescente (estressores verticais e horizontais do ciclo vital, duração da MSE, intervalo entre cada atendimento, tempo histórico, etc). Com o tempo delimitado,

é necessário eleger focos de trabalho e, tendo em vista que se trata de uma MSE, um dos focos, necessariamente será o ato infracional. As demais demandas identificadas devem ser trabalhadas na medida do possível e também encaminhadas para a rede de atendimento da região, tendo em vista que nenhuma política pública isolada é capaz de abarcar a complexidade que é a vida de um indivíduo.

Pensando no desafio da separação entre o poder judiciário e o Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC, é possível estabelecer uma conexão com as ideias de Bronfenbrenner a respeito da relação diádica. Essa diferenciação entre um serviço e outro se dá, não apenas na dimensão cognitiva, por meio da explicação, mas, principalmente, na dimensão afetiva. Isso significa que, ao se estabelecer uma relação diádica entre equipe técnica e adolescente, a compreensão dessas diferenças ultrapassa a via racional, chegando a uma via emocional.

Quanto mais os profissionais das medidas socioeducativas forem capazes de ampliar a sua compreensão a respeito do ato infracional, como um fenômeno complexo, como uma ação cometida pelo adolescente na relação com outras pessoas, em um contexto, em um determinado tempo, mais efetivas tenderão a ser as ações socioeducativas propostas e executadas. E quanto mais compreenderem que este adolescente apresenta inúmeras outras características pessoais, estabelece inúmeras outras relações e está inserido em diversos contextos ao longo da sua história de vida, maior será a possibilidade do profissional estabelecer uma relação com afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder com o adolescente. Nesta relação, o adolescente em conflito com a lei viverá a experiência de “ser olhado de outra forma” por profissionais que condenam, sim, o ato infracional, mas nunca o desqualificam como pessoa, e que reconhecem e confirmam os seus recursos pessoais e relacionais saudáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei no Brasil já passaram por grandes mudanças e o SINASE é a concretização dessas transformações. Contudo, pode-se considerar que a consolidação do SINASE ainda é um processo em andamento. A luta contra os projetos que propõem a redução da maioria penal, a humanização de centros socioeducativos de internação que ainda possuem características de instituições totais, o aperfeiçoamento dos serviços que executam as MSEs em meio aberto e a ampliação do acesso às discussões sobre a temática do adolescente em conflito com a lei, de modo a diluir visões preconceituosas e moralizantes sobre

esses adolescentes são alguns exemplos de desafios a serem enfrentados para a consolidação do SINASE.

Bronfenbrenner, com sua concepção de desenvolvimento humano como processo contínuo e complexo, pôde auxiliar o presente estudo na compreensão do desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei, bem como na reflexão sobre as práticas profissionais, em especial, do psicólogo, no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto. A preocupação constante deste autor era de que seus estudos pudessem oferecer suporte para as políticas públicas, que, por sua vez, deveriam promover melhorias na vida das pessoas. Esse fato reforça a importância do autor para a ciência do desenvolvimento humano e, também, para a área das políticas públicas.

O SINASE, enquanto política pública, tem potencial para promover mudanças positivas na vida dos adolescentes atendidos e suas famílias. Portanto, a utilização dos conceitos desenvolvidos por Bronfenbrenner para a reflexão acerca da execução dessa política pública é uma forma de honrar o desejo do autor e, ao mesmo tempo, contribuir para a promoção de melhorias no processo de trabalho nesse contexto.

No caso específico da temática abordada nesse estudo, é possível reconhecer que o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano auxiliou na integração dos aspectos individuais, sociais, interacionais e históricos que cercam a vida de cada adolescente e a sua relação com a equipe responsável pelo seu atendimento. Desse modo, a teoria em questão pode auxiliar essas equipes na construção de intervenções que façam sentido para eles e, ao mesmo tempo, produzam respostas às demandas da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bronfenbrenner, U. (1996) *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artmed.

Bronfenbrenner, U. (2011) *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.

Brasil (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília - DF. Recuperado em 15 de março, 2016, de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

Carter, B., &McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Cecconello, A.M., &Koller, S.H. (2003) Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.

CollodelBenetti,I., Vieira, M. L., Crepaldi, A. M. y Ribeiro Schneider, D. (2013). Fundamentos da Teoria Bioecológica de UrieBronfenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9(16), 89-99.

Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Recuperado em 15 de março, 2016, de <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/10/Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logas-os-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília - DF. Recuperado em 15 de março, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília - DF. Recuperado em 15 de março, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm

Libório, R. M. C. &Ungar, M. Resiliência Oculta: A Construção Social do Conceito e suas Implicações para Práticas Profissionais junto a Adolescentes em Situação de Risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol. 23, núm. 3, 2010, pp. 476-48.

Morais, N.A., &Koller, S.H. (2005). Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, Psicologia Positiva e Resiliência: Ênfase na Saúde. In S.H. Koller (Org). *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Poletto, M. &Koller, S. H. (2008).Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*,25(3), 405-416.

Senna, S. R. C. M. &Dessen, M. A. (2012).Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108.

Sifuentes, T. R.; Dessen, M. A. & Oliveira, M. C. S. L. (2007). Desenvolvimento Humano: Desafios para a Compreensão das Trajetórias Probabilísticas.*Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 379-386.

Silveira, S. B. A.; Garcia, N. M.; Pietro, A. T.; Yunes, M. A. (2009). Inserção ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. *Psicologia da Educação*, 29(2), 57-74.

Volpi, M. (Org.). (2010). *O Adolescente e o Ato Infracional*.8ªed .São Paulo: Cortez.

PARECER

Título: Contribuições do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano para a Intervenção Psicossocial com Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Aluna: Mariane Comelli dos Santos

Orientadora: Prof^a. Dra. Elisangela Böing

Parecerista: Dra. Rejane de Farias

Prezadas Mariane e Elisangela,

Gostaria de agradecer o convite para participar da avaliação deste trabalho, que aborda temática tão pertinente e cara à psicologia, evidenciando uma realidade bastante complexa e desafiadora tanto para quem estuda quanto para quem atua profissionalmente com essa população. Trata-se de um trabalho de excelente qualidade, em que de forma concisa e muito consistente, Mariane realizou uma fecunda articulação entre as contribuições teóricas de Bronfenbrenner, as políticas públicas e a realidade da atuação profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A experiência da autora com adolescentes nesse contexto, seu olhar atento à complexidade e comprometido com uma prática coerente e humanizada, perpassou todo o texto, conferindo uma consistência tal que permitiu apontar contribuições preciosas aos profissionais que atuam nesse campo. Parabéns à Mariane e à sua orientadora por essa produção. Forte abraço,

Rejane

1. Interesse do tema:

A pertinência da temática escolhida foi bem caracterizada no texto, que evidenciou a lacuna que ainda existe entre o que prevê o ECA e a visão da sociedade, ainda carregada de estigmas e preconceitos que vem à tona nas discussões em torno da redução da maioria penal. Esse panorama evidencia a importância do olhar da psicologia e de um aprofundamento teórico-técnico que auxilie a superar a simplificação e redução desse fenômeno à culpabilização do adolescente (ou sua família) permitindo vislumbrar formas mais eficazes de promover o desenvolvimento e a integração desses jovens à sociedade.

2. Qualidade da redação e organização do texto.

O texto de Mariane é fluído, claro, coerente. Como leitora, senti que conseguia acompanhar com tranquilidade o fluxo das ideias, que foram sendo apresentadas de forma didática e acessível. Conseguiu fazer uma discussão consistente de uma temática densa, mas de forma leve e acessível.

3. Relevância e consistência teórica do texto

Penso que Mariane trouxe os elementos essenciais para fazer uma discussão que articulasse a complexidade em torno dessa temática, contemplando de forma consistente aspectos teóricos, informações sobre as políticas públicas voltadas para a população estudada e o olhar desenvolvido na atuação profissional. Isso resultou numa produção de conhecimento contextualizada, cujas relações estabelecidas abrem tanto perspectivas de aprofundamento teórico quando de instrumentalização profissional.

4. Contribuição do trabalho à aplicação de conhecimentos para a área temática e de desenvolvimento psicológico da família, trabalho com famílias, terapia familiar e intervenções sistêmicas em geral.

Ao meu ver, o texto de Mariane representa uma contribuição preciosa ao campo de conhecimento da psicologia, pois trata de uma temática importante no contexto de políticas públicas e que demandam um posicionamento cada vez mais qualificado da psicologia enquanto ciência e profissão. Acredito que a principal contribuição do estudo para o campo específico dos estudos sistêmicos foi apresentar uma produção coerente com essa perspectiva, desde a escolha dos autores, dos elementos que foram trazidos para discussão (e que contemplaram a complexidade envolvida nesse fenômeno), das articulações estabelecidas e dos apontamentos que permitem instrumentalizar

a prática profissional, tanto no que se refere à avaliação quanto acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

5. Método utilizado: propriedade, qualidade.

O método está claro e bem descrito, permitindo acompanhar o percurso que Mariane foi realizando para contemplar os objetivos do estudo.

6. Resultados e Discussão

Foram desenvolvidos de forma acessível e organizada, permitindo uma visão geral sobre o serviço, as questões que os profissionais costumam se deparar e os instrumentos que podem ser utilizados para melhor compreender e atuar nessa realidade, considerando a complexidade envolvida. A experiência de Mariane e seu olhar atento não somente à relação com o adolescente, mas também com outros atores dessa rede (judiciário, instituições etc) me pareceu fundamental para que ela pudesse agregar contribuições singulares aos desafios já identificados na pesquisa do CFP, avançando no conhecimento já existente sobre a atuação profissional nesse contexto. Além disso, ao estabelecer articulações entre aspectos teóricos e elementos da atuação profissional, Mariane detalhou a compreensão do fenômeno e sinalizou intervenções possíveis, consistentes e bem fundamentadas no campo da psicologia.

7. Considerações Finais

Realizou um bom fechamento do trabalho, mostrando o quanto as contribuições de Bronfenbrenner podem colaborar no aprimoramento do atendimento dessa população, uma vez que a consolidação do SINASE segue como um desafio. As(os) psicólogas(os) são parte importante nesse processo e acredito que seu trabalho se tornará uma referência para atuação profissional nesse área. Mais uma vez, parabéns!!!